

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM “ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE NO
ESPAÇO ESCOLAR”

LUCIENE GOMES DA SILVA ANGELINI

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO BRASIL: EVOLUÇÃO E NOVAS
PERSPECTIVAS

FOZ DO IGUAÇU/PR

2016

LUCIENE GOMES DA SILVA ANGELINI

**EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO BRASIL: EVOLUÇÃO E NOVAS
PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Especialização em “Alimentos, Nutrição e Saúde no Espaço Escolar” promovido pela Universidade Federal Da Integração Latino-Americana (UNILA), Como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Alimentos, Nutrição e saúde no espaço escolar. Orientador (a) Prof. Rozane Marcia Triches.

FOZ DO IGUAÇU/PR

2016

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO BRASIL: EVOLUÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS

Luciene Gomes Angelini¹
Rozane Marcia Triches²

RESUMO

Atualmente, a educação nutricional é um dos caminhos existentes para a promoção da saúde, que leva a população a refletir sobre o seu comportamento alimentar a partir da conscientização sobre a importância da alimentação para a saúde, permitindo a transformação e o resgate dos hábitos alimentares tradicionais. Este trabalho teve como objetivo Analisar a trajetória da educação nutricional no Brasil e também abordar as perspectivas que se tem sobre este tema, principalmente no que se refere às ações já realizadas, e algumas expectativas que se tem para o futuro. Foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura sobre educação nutricional dos últimos dez anos, baseados em documentos oficiais do Ministério da Saúde, Ministério de Desenvolvimento Social e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e também na legislação vigente no Brasil. Do resultado da pesquisa, decidiu-se por incluir os estudos que mais se destacaram, seja por causa da similaridade com o tema (mesmos objetivos e fontes), ou então, pela contemporaneidade da publicação. Dessa forma, surgiram importantes recomendações e estratégias como base para o desenvolvimento de ações educativas em alimentação e nutrição, tanto para o governo como para a sociedade civil. Observa-se, que no Brasil, essa preocupação apareceu em conjunto com várias medidas trabalhistas (na Era Vargas), tinha como objetivo garantir a saúde do trabalhador, lhe fornecendo melhor condições alimentares, em consequência também de vida. Dentre essas recomendações, destaca-se a importância de que ações educativas sejam desenvolvidas, respeitando as culturas alimentares e valorizando a história alimentar e a diversidade regional.

Palavras-chave: Educação Nutricional. Alimentação saudável. Ações educativas.

NUTRITION EDUCATION IN BRAZIL: EVOLUTION AND NEW PERSPECTIVES

ABSTRACT

Currently, nutritional education is one of the existing ways to promote health, which leads people to think about their eating behavior from the awareness of the importance of nutrition for health, enabling the transformation and recovery of traditional eating habits. This study aimed to analyze the trajectory of nutrition education in Brazil and also address the perspectives that you have on this issue, especially in relation to actions already taken, and some expectations that you have for the future. a literature literature review of nutrition education for the last ten years, based on official documents of the Ministry of Health was held, Ministry of Social Development and the Council of Food and Nutrition Security (CONSEA) and also in the current legislation in Brazil. The search result, it was decided to include studies that stood out, either because of the similarity with the theme (same goals and sources), or, in contemporary publishing. Thus, there were important recommendations and strategies as a basis for the development of educational activities in food and nutrition, both for the government and for civil society. It is observed that in Brazil, this concern came together with various labor measures (the Vargas Era), was designed to ensure workers' health, giving you better food conditions, as a result also of life. Among these recommendations, it highlights the importance of educational activities are developed in compliance with the food cultures and valuing the food history and regional diversity.

¹ Pós-Graduanda, Curso de Especialização em "Alimentos, Nutrição e Saúde no Espaço Escolar" UNILA-Universidade Federal da Integração Latino-Americana E-mail: lucieneangelini.nutri@gmail.com

² Msc. Dr^a. Professora Adjunta II do Curso de Graduação e Nutrição da UFFS.

Keywords: Nutrition Education. Healthy Food. Educational activities.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, pode-se afirmar que uma das maiores causas de mortalidade no mundo são doenças que poderiam ser evitadas com um conjunto de boas práticas, ou seja, a combinação de uma alimentação adequada, com a prática regular de exercícios físicos e um estilo de vida com mais saúde, não apenas física, como também psicológica, onde haveria lazer, controle de estresse, cuidado pessoal, com o próximo e com o meio ambiente.

No entanto, ao contrário dessa vida ideal, a realidade é que a alimentação do ser humano não evoluiu muito bem, pois, seja pela forma de cultivo dos alimentos ou então pelos processos de industrialização, a nutrição inadequada é origem de grande parte dos problemas socioambientais e de saúde.

As sociedades modernas têm um padrão alimentar insustentável, tanto para a saúde quanto para a conservação ambiental. A tecnologia e industrialização levam ao consumo de alimentos de origem desconhecida, embalados, descaracterizados com relação ao aroma, textura e sabor. As estratégias de marketing condicionam o consumo de alimentos muitas vezes nocivos à saúde e ao ambiente (POUBEL, 2006).

Percebe-se que o sistema brasileiro de abastecimento prioriza os alimentos pré-preparados e embalados, comprados em grandes redes de supermercados, contribuindo para a mudança dos hábitos alimentares da população, em detrimento da sua qualidade (SASSATELLI, 2015).

Apesar da importância da agricultura familiar para o abastecimento do mercado interno e, também, para a exportação, o modelo do agronegócio aqui empregado e o uso excessivo de agrotóxicos e sementes transgênicas nas plantações refletem, também, no estado nutricional da população (DELGADO, 2015).

Consequentemente predomina, hoje, a insegurança alimentar e nutricional em um contingente amplo e diversificado da população. Além da desnutrição e doenças carenciais, ainda presentes nos lugares mais humildes do país, houve um aumento do sobrepeso e da obesidade, levando as doenças crônicas degenerativas ser uma das principais causas de morbidade e mortalidade no país, em todas as classes sociais (CONSEA, 2007).

Nesse contexto, a promoção da alimentação saudável é uma medida essencial para a saúde, devendo estar integrada a uma política pública que envolva diversos setores, que estimule a produção, a comercialização e o consumo, de alimentos saudáveis, de preferência integrados à agricultura familiar, e com respeito à cultura alimentar.

A educação nutricional é um dos caminhos existentes para a promoção da saúde, que leva a população a refletir sobre o seu comportamento alimentar a partir da conscientização sobre a importância da alimentação para a saúde, permitindo a transformação e o resgate dos hábitos alimentares tradicionais.

A introdução de questões ambientais à educação nutricional é importante porque vários pontos discutidos na educação ambiental, como o acesso à água, o uso de agrotóxicos, transgênicos, aditivos e a produção de resíduos, fazem parte do contexto da alimentação saudável devendo, portanto, ser integrados ao seu conteúdo.

Objetivos

Neste trabalho tem-se como objetivo principal: Analisar a trajetória da educação nutricional no Brasil e também abordar sobre as perspectivas que se tem sobre este tema, principalmente no que se refere às ações já realizadas, e algumas expectativas que se tem para o futuro.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O método de abordagem é a revisão bibliográfica da literatura sobre educação nutricional dos últimos dez anos, em documentos oficiais do Ministério da Saúde, Ministério de Desenvolvimento Social e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e também na legislação vigente no Brasil.

E, também, considerou-se os resultados obtidos mediante pesquisas no *Google Scholar*, onde foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: “educação alimentar e

nutricional”, “alimentação saudável *and* promoção de saúde”, “evolução da EAN no Brasil”, “perspectivas em EAN”.

Do resultado da pesquisa, decidiu-se por incluir os estudos que mais se destacaram, seja por causa da similaridade com o tema (mesmos objetivos e fontes), ou então, pela contemporaneidade da publicação.

2.2 Revisão de Literatura

Educação Nutricional

Educação nutricional é uma disciplina que consta no currículo mínimo do curso de Nutrição, constituindo-se atividade privativa do nutricionista segundo a Lei Federal 8234/91 que regulamenta a profissão de nutricionista e faz parte das ações deste profissional em todos os campos de atividade (BRASIL, 1991).

Podê ser definido também como um processo de desenvolvimento da personalidade envolvendo a formação das qualidades do ser humano como: físicas, intelectuais e estéticas, visando a orientação da atividade humana e sua relação com o meio social, numa determinada época de relações sociais, de influências e de inter-relações que necessitam para a formação dos traços e da personalidade social e caráter de cada pessoa (LINDEN, 2005).

Ideias, valores e princípios de ações diante de novas situações da vida, e o estado nutricional de uma nação, está intimamente relacionada a outros fatores como as condições sociais, culturais, econômicas e as diferenças em épocas, locais, de classes sociais, de instrução e de religião. E, além do mais, o ser humano, como ser social que é acaba por adquirir outros hábitos alimentares de saúde, através de outras culturas como crenças, mitos, tradição, tabus e ritos.

Conforme GOUVEIA (1999), a educação é um processo que visa capacitar as pessoas para agir com consciência diante de situações novas da vida, aproveitando ao máximo de experiências anteriores, visando a integração, continuidade e progredindo socialmente, conforme as necessidades de cada um, afim de serem atendidos, integralmente, o indivíduo e

a coletividade, contribuindo para os conhecimentos práticos da ciência da nutrição para a população, independentemente de serem pobres ou ricas, e conhecendo o valor nutricional de várias partes dos alimentos e utilizando a técnica em diversas preparações, com a finalidade de cobrir as suas necessidades orgânicas.

Em suma, verifica-se que a educação é inerente à vida. O ser humano aprende e se desenvolve ao longo de sua existência no esforço por responder aos desafios cotidianos. A educação acontece nesse cotidiano social e também por intermédio de ações de instrução e ensino planejadas por pessoas capacitadas para tal.

Evolução da Educação Nutricional No Brasil

Para a realização deste tópico foi realizado um levantamento em bancos de dados como o *Google Scholar*, *Scielo* e *MedLine*, com o intuito de avaliar como que se deu a evolução da educação nutricional no Brasil, foram empregadas as palavras-chave: “educação nutricional no Brasil *and* histórico *and* evolução”.

Desta pesquisa, foram obtidos aproximadamente 2.350 resultados, dos quais foram utilizados aqueles que se adequaram mais a proposta do tema e também os mais recentes (de 2005 até o ano corrente), que deram origem as conclusões tratadas a seguir.

Em um contexto mundial, a educação nutricional começou a ser considerada uma especialidade acadêmica em meados da década de 1940, isto porque segundo BOOG (2005), foi no período pós-guerra que se preocupou com a possibilidade de melhorar a qualidade da alimentação de populações mais carentes, utilizando-se de modificações na alimentação que permitiriam obter a melhor relação custo/benefício mediante o emprego de alimentos mais baratos e nutritivos.

Já em uma perspectiva nacional verifica-se que, foi criada, no início da década de 1940, pelo Governo de Getúlio Vargas a função da Visitadora de Alimentação, originária do Serviço de Alimentação e Previdência Social – SAPS (BRASIL, 1940), era uma profissional de saúde que deveria ir na casa das pessoas para fazer educação alimentar no local onde a alimentação era preparada, ou seja, na cozinha.

Tal iniciativa, ainda segundo BOOG (2005), foi que reprovada pela população, pois tal intromissão de profissionais de saúde no âmbito doméstico era considerada invasiva.

Em 1944, ocorreu um fato que foi considerado decisivo para o desenvolvimento da educação nutricional no Brasil, que foi segundo BEZERRA e CIDRACK (2009), a criação da Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith, que funcionou no estado do Ceará até 1966 e tinha como foco as vivências cotidianas e práticas curriculares do curso, centrando a investigação nas ações de educação alimentar.

Já em 1952, conforme a descrição de MOORE e YOUNG (2001), foi criada a Escola de Nutrição Firmina Sant'Ana em Belo Horizonte, que deve seu nome à 2ª brasileira a se formar em Nutrição na Escola de Buenos Aires, dirigida pelo ilustre médico Pedro Escudero, passando então a receber alunas dos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ficando a Escola no Ceará responsável pela preparação das alunas do Norte e Nordeste.

A partir da criação do SAPS, até o início da década de 1970, várias outras instituições, corresponsáveis pela execução da política de alimentação do estado brasileiro, foram criadas, de acordo com BARROS e TARTAGLIA (2003) elas tinham objetivos semelhantes ou correlatos aos do SAPS, já que envolviam o trabalho do mesmo grupo de profissionais. Essas instituições tinham como encargo, estudar a situação nutricional e os hábitos alimentares da população, de forma que pudessem propor normas da política nacional de alimentação, estimular e acompanhar campanhas educativas.

Uma delas, a CNA – Comissão Nacional de Alimentação (BRASIL, 1945), elaborou um plano de trabalho denominado “A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil” (FNDE, 1950), que, entre outras propostas, concebe e estrutura um programa de merenda escolar de caráter nacional, sob responsabilidade pública, racionalizando as iniciativas preexistentes e dando-lhes orientação técnica e suporte econômico, a ser executado a partir 1955.

Pode-se dizer que tal plano é o precursor do atual PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar, sendo o mais antigo programa de alimentação em execução no Brasil, uma vez que com a ajuda de instituições internacionais e do Governo Federal o programa cresceu, diversificou-se e firmou-se como um dos maiores, mais abrangentes e efetivos programas de distribuição de alimentos, funcionando, hoje, sob a coordenação do FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação/MEC (BRASIL, 2009).

Nas décadas de 1960 e 1970, no âmbito internacional, a educação nutricional distanciou-se de suas raízes sociais e antropológicas. A sociologia cedeu lugar à medicina como mentora dos programas de educação nutricional e o critério de êxito, inspirado nas concepções behavioristas de educação passou a ser exclusivamente a mudança de comportamento observável (BOOG, 2005).

Nesse mesmo tempo no Brasil, tal educação passou a ser vista como prática domesticadora, repressora e até aviltante, reprovada por todos os que prezassem a liberdade de expressão. Comer o que se quer, na hora que se quer e como se quer era uma forma de exercer o direito à liberdade e ensinar o que é melhor para a saúde era entendido como cerceamento desse direito. Autores que analisaram a questão referiram-se ao fato dizendo que a educação nutricional fora para o exílio (BOOG, 2005).

A partir do início da década de 90, consolida-se um forte movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC (ONU, 1966), que serão explicados nas próximas aulas. Um passo especial para isto foi a realização da Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, que reafirmou a indivisibilidade dos direitos humanos. Também a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, em 1996 que associou definitivamente o papel fundamental do Direito Humano à Alimentação Adequada à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste mesmo período no Brasil, fatos novos fizeram ressurgir o interesse pelo assunto: a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional Sobre Saúde e Nutrição (BRASIL, 1989) realizada pelo Ministério da Saúde, que apontavam para o expressivo aumento na prevalência de obesidade, principalmente entre mulheres de baixa renda; a comparação dos resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com estudos de décadas anteriores, evidenciou incremento importante no consumo de alimentos, especialmente daqueles mais calóricos e menos nutritivos.

Na mesma ocasião, conforme BARROS e TARTAGLIA (2003), observou-se o decréscimo no consumo de frutas, cereais e leguminosas. O tradicional arroz e feijão perdia seu prestígio enquanto biscoitos doces, refrigerantes e embutidos ocupavam terreno nas gôndolas dos supermercados.

Por outro lado, a constatação científica do fato de que a alimentação de má qualidade é um fator de risco para várias doenças, fez com que a educação nutricional fosse lembrada como medida a ser considerada para reverter a tendência ao crescente consumo de gorduras, açúcar e produtos industrializados que não trariam benefícios à saúde.

No começo dos anos 2000, ocorreu a implementação do Programa Fome Zero, que atuava de duas formas, diferentes mais complementares, uma delas eram campanhas publicitárias e palestras acerca da educação alimentar e a outra, era a sugestão da criação de uma norma brasileira de comercialização de alimentos industrializados. Este programa ainda alertava sobre a importância do controle da publicidade e do aprimoramento da rotulagem dos alimentos (BRASIL, 2012).

Novas Perspectivas

O desafio que se apresenta nos dias atuais para a educação nutricional é o de aproximar diversos componentes com a finalidade de promover a saúde e a qualidade de vida por intermédio da ampliação da compreensão sobre a multidimensionalidade da alimentação humana, cujo estudo encontra espaço nas ciências biológicas, humanas, econômicas, tecnológicas, nas artes e na literatura.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) contemporânea tem a educação nutricional como uma estratégia importante para a promoção da alimentação saudável, mas não aprofunda a sua reflexão nem estabelece normas para o seu planejamento, desenvolvimento e avaliação; ao contrário, ressalta essa dificuldade ao assumir a necessidade de buscar consenso sobre conteúdos, métodos e técnicas do processo educativo (BRASIL, 2013).

No texto do PNAN de 1999, a EAN está prevista de maneira transversal e detalhada na diretriz 4 “Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis”. O escopo de suas ações é definido a partir do incentivo ao aleitamento materno, devendo ainda integrar todas as ações decorrentes das demais diretrizes. Em termos práticos é entendida como a socialização do conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como acerca da

prevenção dos problemas nutricionais, desde a desnutrição – incluindo as carências específicas – até a obesidade. Há também um alerta sobre a necessidade de se abordar os temas na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, mesmo que neste momento, o destaque limitase à necessidade de citá-lo enquanto condição para cidadania. Valoriza-se a educação permanente e realização de campanhas de comunicação social. Na ocasião já havia um alerta sobre a necessidade de se buscar consensos sobre conteúdos, métodos e técnicas do processo educativo, considerando os diferentes espaços geográficos, econômicos e culturais, como também o disciplinamento da publicidade de produtos alimentícios infantis, acompanhamento e o monitoramento de práticas de marketing de alimentos e elaboração de material de formação em orientação alimentar para profissionais de saúde (BRASIL, 1999).

Enquanto que no o texto atualizado da PNAN, a EAN também está presente no contexto da diretriz “Promoção da Alimentação Adequada e Saudável” contextualizada em um dos campos de ação da promoção da saúde, qual seja, o de o desenvolvimento de habilidades pessoais por meio de processos participativos e permanentes. Nesta diretriz a EAN aliada às estratégias de regulação de alimentos, de incentivo à criação de ambientes institucionais promotores de alimentação adequada e saudável são pilares da promoção da alimentação adequada e saudável. A EAN é entendida como processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população visando a autonomia e o autocuidado. São requisitos para estes objetivos as práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se os contrastes e as desigualdades sociais que interferem no direito universal à alimentação. Neste contexto, estimula-se que as equipes e profissionais de saúde transcendam seu território de ação para além das unidades de saúde e estabeleçam parcerias com diferentes equipamentos e espaços sociais locais. Também indica-se a importância da participação ativa das pessoas e comunidades e que as ações superem desafios como a limitação aos aspectos científicos e informativos, baixa articulação com o saber popular e local, pouca inclusão das dimensões cultural e social. Importante destacar que já se prioriza a elaboração e pactuação de agenda integrada - intra e intersetorial - de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2013)

Embora a educação nutricional seja valorizada, ao mesmo tempo se dilui no conjunto de propostas, pelo fato de suas bases teórico-conceituais e operacionais, não estarem claramente estabelecidas (SANTOS, 2005). Mas, como propor e realizar a educação nutricional que o Brasil, enquanto país multicultural, necessita no cotidiano? BOOG (2005)

destaca que o desafio que se coloca hoje à sua prática é promover a alimentação saudável valorizando e resgatando a cultura alimentar, mas considerando, também, a segurança alimentar.

Além de respeitar e modificar crenças e atitudes em relação à alimentação é preciso levar em conta o acesso econômico e social à alimentação adequada, promover essa questão em programas comunitários e de saúde e discutir a fome, pobreza e desnutrição em todos os setores da sociedade. BOOG (2005) relata ainda que, além dos aspectos biológicos e de saúde, vários outros componentes pertencentes ao contexto cultural, social e ecológico devem ser analisados, exigindo para sua realização que conhecimentos, crenças e valores da população sejam reconhecidos e respeitados.

Para clarear mais essas questões e em busca de novos caminhos para a prática da educação nutricional, outras iniciativas de discussão têm sido realizadas, como o I e II Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para a Promoção da Saúde, organizados pela Coordenação Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição (CGPAN), em outubro de 2006 e 2008, que apresentaram estratégias e experiências de educação alimentar e nutricional desenvolvidas no Brasil.

Foi lançado, também, o Guia Alimentar Brasileiro (BRASIL, 2005), que contém as primeiras diretrizes oficiais da alimentação brasileira, baseado nos alimentos produzidos no país, considerando-se sua cultura alimentar. Analisando-se o Guia, pode-se afirmar que a descrição e normatização de seus princípios e diretrizes, fornecem conteúdo a serem abordados na Educação Nutricional, trazendo um consenso nesse sentido, o que o torna um instrumento importante, fruto do amadurecimento ocorrido nos últimos anos.

Outra publicação intitulada “Alimentos Regionais Brasileiros” é dirigida a profissionais e agentes comunitários de saúde e contribui para o resgate da alimentação regional, sendo um guia de consulta dos possíveis educadores. Mas, onde estão esses educadores e como são formados, são questões ainda sem resposta na atual Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Brasil, com relação à educação nutricional (BRASIL, 2006).

No ano de 2007, houve ainda, o 1.º Seminário de Educação Alimentar, realizado na Câmara dos Deputados, e que teve como objetivos obter um diagnóstico sobre a educação nutricional no Brasil, a partir do conhecimento das normas técnicas para a publicidade de produtos destinados a crianças e adolescentes e das ações de prevenção de doenças associadas aos maus hábitos alimentares, debatendo a qualidade dos alimentos fornecidos para a merenda

escolar, bem como as propostas, normas e regulamentação para o combate a uma alimentação inadequada, visando a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2007).

Houve, nesse seminário, um reconhecimento oficial de que a mídia é responsável pela criação de hábitos alimentares “ofensivos” e que é preciso elaborar, cada vez mais, normas técnicas para impedir que a indústria alimentícia divulgue seus produtos principalmente para as crianças e adolescentes que, por sua vez, devem estar preparadas para fazerem escolhas alimentares mais saudáveis, o que compete à educação nutricional.

A educação nutricional é um processo longo que, para obter resultados, como qualquer ação educativa, exige continuidade e permanência, tornando-se um desafio para educadores e profissionais de saúde. Ressalta-se que educar não é um adestramento, mas sim um processo amplo, que envolve vários aspectos do desenvolvimento da pessoa, com uma metodologia de ensino-aprendizagem capaz de desenvolver habilidades individuais, possibilitando escolhas adequadas com relação à alimentação e nutrição (FERREIRA, 2007) como, por exemplo, relativas ao consumo de frutas, legumes e verduras, uma prioridade da CGPAN.

Esse conteúdo é importante para a educação nutricional e pode ser transmitido nas escolas utilizando-se a horta como um instrumento pedagógico transdisciplinar, seguido de oficinas de culinária onde são ensinadas formas de preparação e consumo integral dos alimentos produzidos, respeitando-se os aspectos culturais e evitando-se o desperdício - que hoje atinge cerca de 30% da produção - (GOMES, 2007).

O envolvimento e treinamento dos professores é um aspecto motivador para os alunos possibilitando que projetos de educação para a saúde, onde a educação nutricional está inserida, tenham resultado positivo (DAVANÇO *et al*, 2004).

Aliás, é na escola que a Educação Nutricional e Alimentar alcança um maior fortalecimento, já que segundo a Lei n. 11.947/2009 esta disciplina deve ser incluída no processo de ensino e aprendizagem, de forma que aborde o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar. Esta é uma das contribuições do PNAE para com a EAN, que além desta, ainda subsidia a inclusão de alimentos da agricultura familiar local e os parâmetros que orientam a definição do que será ofertado aos escolares (BRASIL, 2009).

Conforme TURANO e ALMEIDA (1999) não se concebe mais a prática da educação nutricional “tradicional” que consistia na transmissão de conceitos de nutrição para a população, de forma homogênea, com palestras cujos conteúdos limitavam-se aos aspectos

biológicos da alimentação, destacando o efeito dos nutrientes no organismo o que, embora seja uma informação importante, não considera os aspectos regionais e as desigualdades sociais que comprometem o acesso da população a uma alimentação adequada (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007).

O desenvolvimento do conceito de “Educação Nutricional Crítica”, desenvolvido por VALENTE (p. 66-94, 1986), permitiu uma evolução conceitual da educação nutricional no país que influenciou sua metodologia, ao integrar vários aspectos que até então eram ignorados, como os políticos, ideológicos e econômicos, além de acesso à terra, emprego e renda, educação e serviços de saúde, entre outros, destacando-os como essenciais para a aquisição dos alimentos e a manutenção da saúde.

A “educação nutricional crítica” teve influência no teor da educação nutricional, presente nas grades curriculares dos cursos de Nutrição do país, contribuindo para a melhoria da formação do profissional Nutricionista, tornando-o mais consciente da situação da sociedade em que vai atuar (SANTOS, 2005) e buscando, junto com a população, alternativas para superar as dificuldades, através do diálogo e da reflexão crítica sobre a realidade (BOOG, 2005).

Hoje em dia tem havido uma priorização, por parte dos pesquisadores da área, em desenvolver novas teorias e métodos educativos em nutrição, que sejam transformadores, com influência na mudança dos hábitos alimentares. Entre eles, destaca-se o resgate da culinária como uma prática educativa que valoriza a cultura da comunidade e a participação ativa dos indivíduos envolvidos, sendo um instrumento viável para a promoção das práticas da alimentação saudável (CASTRO *et al*, 2007).

Complementando, a inclusão das questões ambientais nos conteúdos de educação nutricional, é outra opção que, por envolver aspectos comunitários importantes, estará contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (GRYNSZPAN, 1999).

A discussão das questões ambientais no Brasil, a partir de 1980, coloca a educação ambiental como uma exigência das transformações ocorridas na sociedade moderna, a partir da destruição da natureza, levando à necessidade da formação de uma nova consciência ecológica, que preserve o meio ambiente, garantindo a sobrevivência do ser humano (BARROS, 2003).

A Política Nacional de Educação Ambiental define sua prática como “uma atividade educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (CARVALHO, 2001).

A chave para a sustentabilidade é a educação, desenvolvida de novas formas, aproveitando todas as áreas do conhecimento e levando o saber para todas as atividades da vida, exigindo um comprometimento da sociedade como um todo para que aconteçam mudanças de padrões de produção e consumo criando estilos de vida sustentáveis (UNESCO, 2003).

Entende-se que a educação nutricional tem uma contribuição a dar nesse sentido ao incluir em seu conteúdo transmitido nas escolas, as questões ambientais. Sabe-se, por exemplo, o quanto a água é importante para a saúde. A descrição da experiência de educação nutricional, em que se incluiu no conteúdo apresentado as questões ambientais, utilizando-se as hortas e oficinas culinárias como métodos pedagógicos, mostrou que essa pode ser uma opção viável de metodologia de educação nutricional para as escolas.

Quanto às políticas públicas, a EAN ainda se encontra presentes em muitas políticas e documentos normativos da Saúde, a título de exemplo, pode-se citar: a Política Nacional de Promoção da Saúde, o Plano de ações estratégicas para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e a Portaria 1010 de 2006 que, em parceria com o ministério da Educação, estabelece as bases da promoção da alimentação saudável nas escolas (BRASIL, 2012).

É neste cenário que, em 2012, foi instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, o qual tem como objetivo promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de EAN com origem em ações públicas, e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos (BRASIL, 2012).

Ainda, segundo este documento, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) deve fomentar a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis tornando-se assim um meio de conhecimento e de prática contínua, permanente, transdisciplinar e multiprofissional. Nesse sentido, a EAN é voltada para emancipação do sujeito para o autocuidado, para a autodeterminação e como consequência desses fatores haverá prevenção de doenças.

Pode-se dizer desta forma que a Educação Alimentar e Nutricional foi criada para promover as mudanças de comportamentos na população brasileira, uma vez que quando há promoção da alimentação saudável na infância, é possível ser estimulado a adesão de estilo de vida adequada. Porém, deve-se realizar um planejamento adequado respeitando as características do grupo, bem como, utilizar recursos que estimulem a prática de alimentação saudável (SILVA, 2015).

Atualmente, acompanhando as transformações que começaram a ocorrer a partir da década de 1990, a comida parece sofrer as imposições de um campo de força que tem no modelo da globalização e do neoliberalismo seus exemplos. Assim, o alimento que pode ser reproduzido exatamente em formato, sabor, textura e cor nas mais diferentes e longínquas regiões do planeta, e o alimento feito do modo mais rápido, que proporciona prazer e adequação nutricional, são os mais valorizados (OLIVEIRA, 2015).

A falta de tempo levou o sistema neoliberal a desenvolver todo um mercado de alimentos prontos, congelados, portanto, mais, práticos. Especificamente, no Brasil, os alimentos ultra processados surgem na mesa dos brasileiros e a comida dos *fast foods* muitas vezes tomam o lugar da feitura e do compartilhamento da mesa dos almoços familiares do dia a dia (CARNEIRO, p. 158, 2003).

Observa-se que o mundo contemporâneo, desenvolve-se junto à elite um estilo de vida gourmet (comidas prazerosas, raras e nutritivas, feitas sob medida para o sujeito), e junto às camadas mais carentes, uma alimentação meramente calórica, não importando muito de onde vêm essas calorias, que servem para abrandar a fome e energizar o indivíduo. Portanto, vê-se que o alimento possui conotações econômicas, sociais e culturais, podendo afetar a nutrição dos indivíduos ao excluir nutrientes essenciais da alimentação ou estimulando o consumo de determinados alimentos ou bebidas (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Para BOOG (1998), a promoção da EAN deveria valorizar e resgatar elementos da história e da cultura alimentar, considerando a segurança alimentar, respeitando e modificando crenças e atitudes em relação à alimentação. Seria também preciso levar em conta o acesso econômico e social da população à alimentação adequada, promovendo essa questão em programas comunitários, escolares e de saúde.

Ao se considerar os processos históricos e sociais que estão por trás da nutrição e o possível fortalecimento dos movimentos populares na reivindicação de uma alimentação mais crítica e saudável, se poderia criar um tipo de ação mais eficaz sobre a realidade da

alimentação brasileira. Portanto, a EAN mais crítica desempenharia um papel importante ao educar os sujeitos na escolha de seus alimentos (VICENTE, p. 272, 2002).

Isto porque, na alimentação humana, natureza e cultura deveriam se encontrar, pois comer é uma necessidade vital, e quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implicaria atribuição de significados ao ato alimentar. Como um fenômeno social, a alimentação não se restringiria a ser uma resposta ao imperativo de sobrevivência, ao “comer para viver”, pois se os homens necessitariam sobreviver (e, para isso, alimentar-se), eles sobreviveriam de maneira particular, culturalmente forjada e marcada. Em outras palavras, o ser humano criaria maneiras de viver diferentes, o que resultaria em grande diversidade cultural (OLIVEIRA, 2015).

Diante disto, uma EAN atual tem como dever compartilhar ações que agreguem sustentabilidade social, ambiental e econômica, abrangendo temas e estratégias que atinjam o sistema alimentar em sua integralidade, mas que ainda valorizem a cultura alimentar local e respeite a diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas, de forma que os sujeitos sejam autônomos e participem de forma ativa do processo desta Educação (BRASIL, 2005; 2012)

Cabe, portanto, aos educadores, estabelecer um diálogo junto à comunidade, a fim de mostrar que a alimentação tem elementos que iriam além da simples ingestão de alimentos. O comer envolveria respeito, regras, relações sociais, comensalidades e diversão. Em suma, comer envolveria cultura e história que seriam colocadas sobre a boa mesa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discussão de Resultados e Conclusão

Por todo o exposto, compreende-se que a Educação Nutricional e Alimentar no Brasil passou por diversas fases, até chegar ao estágio de evolução atual.

Em um primeiro momento, observou-se que ela era praticamente inexistente, pois, em *terrae brasilis*, assim como em outras partes do mundo, não existiam regras alimentares, não existiam muitas regras alimentares, e pode-se afirmar que talvez nem houvesse necessidade, já que de um ponto de vista nutricional pode-se afirmar que os produtos eram mais “naturais”.

Por outro lado, do contexto da segurança alimentar, as coisas não eram tão simples, pois os métodos de conservação de alimentos e as condições de higiene eram, por assim dizer, mais rústicas.

No entanto, desenvolveu-se a curiosidade e a necessidade de se estudar mais profundamente os alimentos, nesse ponto começam a surgir a preocupação de orientar melhor as pessoas sobre quais hábitos alimentares eram mais saudáveis e adequadas, nascendo assim, a educação nutricional.

Observa-se, que no Brasil, essa preocupação apareceu em conjunto com várias medidas trabalhistas (na Era Vargas), pois tinha como objetivo garantir a saúde do trabalhador, lhe fornecendo melhores condições alimentares, em consequência também de vida.

A partir deste momento, conforme já se analisou, surgiram diversas instituições com o intuito de formar profissionais que fossem capacitados em estudar a situação nutricional e os hábitos alimentares da população, para que posteriormente pudessem orientá-los de forma mais eficiente.

Sendo que da conclusão desses estudos, passam a ser desenvolvidas políticas públicas com o desígnio de abranger um maior número de pessoas mediante campanhas educativas. Um deles, é o plano de trabalho conhecido como “A Conjuntura Alimentar e o Problema de Nutrição no Brasil”, que tanta foi a sua importância que acabou por dar origem ao atualíssimo Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Ressalta-se, que foi o PNAE que fortaleceu a EAN, uma vez que a sua inclusão nos currículos escolares fez com que as crianças desde cedo começassem a ter noções básicas de práticas nutricionais adequadas e segurança alimentar fazendo com que o conhecimento neste momento adquirido se perquirisse para outras fases de suas vidas, promovendo desta forma hábitos mais saudáveis, cumprindo, portanto, o papel da Educação Alimentar e Nutrição.

Cabe, salientar também, que a partir dos anos 2000, como retro observadas foram instituídas diversas políticas públicas com o intuito de promover a EAN, entre elas se destacam as PNAN’s (1999 e 2012) e o Guia Alimentar Brasileiro, que acabaram por culminar no Marco de Referência em Educação Nutricional para as Políticas Públicas.

O qual tem suma importância para a EAN brasileira, já que tem o objetivo de apoiar os diferentes setores em suas ações para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangência possam alcançar o máximo de resultados possíveis no âmbito da conjuntura atual que anuncia possibilidades de ampliação do empoderamento das pessoas e comunidades no que se refere à realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), adoção de práticas alimentares saudáveis na perspectiva da promoção da saúde, corresponsabilização, autonomia, autocuidado e reconhecimento da alimentação como direito social e exercício da cidadania.

Diante disto, pode-se dizer que o desafio atual da EAN é desenvolver ações que orientem o indivíduo na escolha de seus alimentos concedendo-lhe autonomia para diferenciar o que lhe é mais nutricionalmente adequado. Fazendo com que o ato de comer, atenda às necessidades biológicas, mas também seja fonte de prazer, de socialização e expressão cultural.

As características dos modos de vida contemporâneos influenciam significativamente o comportamento alimentar, com oferta ampla de opções e preparações alimentares, além do apelo midiático, influência do marketing e da tecnologia de alimentos.

Desta forma, são bem-vindas também ações de desenvolvimento de habilidades pessoais relacionadas ao comportamento alimentar, tanto individual quanto coletivo, assim como a autonomia relacionada a outros aspectos como a preparação dos alimentos deve contemplar esses fatores, e envolver diferentes setores e profissionais.

Destarte, educar no âmbito da alimentação e nutrição é visar uma construção conjunta de processos permanentes e contínuos para aprimorar o debate em torno da seleção e o consumo de alimentos, de forma adequada, saudável e segura. A valorização de hábitos e tradições culturais de cada indivíduo e do seu grupo social de convívio, além da conscientização cidadã sobre o desperdício de alimentos e sua utilização integral, deveria estar presente em propostas educativas em alimentação e nutrição.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. **A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas.** Alim. Nutr., Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003. Disponível em: <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/847/726>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BEZERRA, José Arimatea Barros. CIDRACK, Marlene Lopes. **Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith história e práticas curriculares (1944-1966).** ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0753.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação nutricional: por que e para quê?** Jornal da Unicamp (2005). Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju260pag02.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2016.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação nutricional: passado, presente, futuro.** Revista de Nutrição 1997; 10(1):5-19. Disponível em: <https://www.faculdadeguararapes.edu.br/site/hotsites/biblioteca/educacaonutricional_passado-presente-futuro59500.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Seminário de Educação Alimentar.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/eve/realizados/educacaoalimentar>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.478 de 5 de agosto de 1940.** Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.328, de 17 de fevereiro de 1945.** Cria, no Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17328.htm>. Acesso em: 08 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991.** Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. Disponível em: <<http://crn9.org.br/content/uploads/2014/09/Lei-n%C2%BA-8.234-91.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 11 fev. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas**. [pdf] Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A iniciativa de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras no Brasil**. Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/iicflvBrConsea.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Alimentos Regionais Brasileiros**. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/livro_alimentos_regionais_brasileiros.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar Para a População Brasileira: promovendo a Alimentação Saudável**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **II Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para a Promoção da Saúde**. Disponível em: <www.saude.gov.br/nutricao/documentos_forum_educacao_nutricional>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição/1989**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_vigilancia_alimentar.php?conteudo=pnsn>. Acesso em: 08 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. (1999). Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnan.php>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. (2013). Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnan.php>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARVALHO, Isabele C.M. **A Invenção Ecológica: Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora Universidade; 2001.

CASTRO, IRR; SOUZA, TSN; MALDONADO, LA; et.al. **A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e profissionais das redes de saúde e de educação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000600001>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CONSEA. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Documento Final. Fortaleza; 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/RelatorioFinal.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

DAVANÇO, Giovana Mochi, TADDEI, José Augusti de Aguiar Carrazedo, GAGLIANONE, Cristina Pereira. **Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico**,

expostos e não expostos a curso de educação nutricional. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732004000200004>.
Acesso em: 12 fev. 2016.

DELGADO, Joedson de Souza. **Transgênicos:** um olhar filosófico. Revista Duc In Altum Cadernos de Direito, vol. 7, nº13. Dezembro de 2015. Disponível em:
<<http://www.faculadadedamas.edu.br/revistas/index.php/cihjur/article/view/451/474>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

FERREIRA, Vanessa A., MAGALHÃES, Rosana. **Nutrição e promoção da saúde:** perspectivas atuais. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000700019>.
Acesso em: 12 fev. 2016.

FERREIRA, Vanessa A., MAGALHÃES, Rosana. **Nutrição e promoção da saúde:** perspectivas atuais. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000700019>.
Acesso em: 12 fev. 2016.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação. **PNAE/Histórico.** Disponível em:
<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico#>>.
Acesso em: 08 fev. 2016.

GOMES, Fabio da Silva. **Frutas, legumes e verduras:** recomendações técnicas versus constructos sociais. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000600009>.
Acesso em: 12 fev. 2016.

GOUVEIA, L. Cruz Enilda. **Nutrição:** Saúde & Comunidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

GRYNSZPAN, Danielle. **Educação em saúde e educação ambiental: uma experiência integradora.** Cad. Saúde Pública. Disponível em: <
<http://www.scielosp.org/pdf/esp/v15s2/1294.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

LINDEN, Sônia. **Educação nutricional:** algumas ferramentas de ensino. São Paulo: Varela, 2005.

MOORE, Rob; YOUNG, Michael. **O conhecimento e o currículo na sociologia da educação:** em busca de uma ressignificação. In: MOORE, Bob; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Orgs). Ênfases e omissões no currículo. Campinas, SP: Papirus, 2001. Cap. 8, p. 195-228.

OLIVEIRA, Vanessa E. R.; SILVA, Antonio C. B.; SILVA, Marina C. C. **Educação alimentar e nutricional, cultura e subjetividades:** a escola contribuindo para a formação de sujeitos críticos e criativos em torno da cultura alimentar. DOI: 10.12957/demetra.2015.14838. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/14838/13271#.VuDYaX0rLIV>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração da Conferência Internacional de Direitos Humanos.** Disponível em:

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, em especial inciso 7b**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/FAO/texto/texto_3.html>. Acesso em: 23 fev. 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, 1948. Disponível em: <<http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova York, 1966. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Sist_glob_trat/texto/texto_2.html>. Acesso em: 23 fev. 2016.

POUBEL, Rafael de Oliveira. **Hábitos alimentares, nutrição e sustentabilidade: agroflorestas sucessionais como estratégia na agricultura familiar**. [Dissertação de Mestrado]. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB; 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5167?mode=full>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

SANTOS, Ligia Amparo Silva. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis**. Rev.Nutr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011>. Acesso em: 11 fev. 2016.

SANTOS, Ligia Amparo Silva. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis**. Rev.Nutr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011>. Acesso em: 11 fev. 2016.

SASSATELLI, Roberta. **Contestação e consumo alternativo: a moralidade política da comida**. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 10-34, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/viewFile/5964/4926>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

SILVA, Jéssika Tatiany Medeiros. **Avaliação de recursos educativos e metodologia problematizadora de Educação Alimentar Discente programas e nutricional escolar**. Monografia publicada em 27-Ago-2015. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/handle/235/7172>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

TRICHES, Rozane Marcia. **Promoção do consumo alimentar sustentável no contexto da alimentação escolar**. [pdf] Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 13 n. 3, p. 757-771, set./dez. 2015.

TURANO, W. ALMEIDA, CCA. **Educação nutricional**. In: Gouveia ELC. Nutrição, comunidade e saúde. Rio de Janeiro: Editora Revinter; 1999

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas**. Brasília: Editora Ibama; 1999.

VALENTE, Flávio Luiz Schiek. **Em busca de uma educação nutricional crítica.** In: Fome e Desnutrição, Determinantes Sociais, São Paulo: Editora Cortez; 1986, p.66-94.

VALENTE, Flávio Luiz Schiek. **Direito humano à alimentação:** desafios e conquistas. São Paulo: Cortez; 2002.